

140ª ATA REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA DO CARAGUAPREV

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, às 10h, a Diretoria Executiva do Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba – CaraguaPrev, realizou reunião ordinária em sua sede, localizada na Avenida Prestes Maia, número trezentos e dois, Centro, Caraguatatuba/SP. Presentes os membros da Diretoria Executiva: Pedro Ivo de Sousa Tau, Luana Moussalli Forcioni Guedes e Rose Ellen de Oliveira Faria. Dando abertura à reunião o Presidente do CaraguaPrev agradeceu a presença de todos e elencou os itens da pauta sendo: 1) Certificadora Credenciada SPREV; 2) Estudo de adequação a Emenda Constitucional 103/19; 3) Taxa de Administração; 4) Preparação Instrução Normativa Credenciamento Instituições; 5) Preparação Instrução Normativa Certificação Conselhos e Diretoria Executiva; 6) Implantação do servidor de domínio e de internet; e, 7) Relatório Plano de ação. Inicialmente o Presidente do CaraguaPrev passou para os comunicados informando que as aposentadorias concedidas no ano de 2020 foram aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo / SP. Registre-se que as servidoras Luana Guedes e Caroline Vieira participaram do I Encontro Educativo – IPREJUN e BGC Liquidez Corretora de Valores, com o tema “Aquisição de Títulos Públicos Federais, Operacionalização, Liquidação e Custódia”, realizado no dia 15 de fevereiro de 2022, em Jundiá/SP. Em seguida passou-se para o primeiro item da pauta que trata da Certificadora Credenciada SPREV, onde os dirigentes da unidade gestora, os membros dos conselhos deliberativo e fiscal e do comitê de investimentos, a que se refere o inciso II do art. 8º-B, da Lei nº 9.717, de 1998 e art. 14 da Portaria SEPRT nº 9.907, de 2020, deverão ter a certificação profissional até abril de 2023. O Caraguaprev está estudando os manuais da SPREV e o edital da empresa certificadora (Instituto Totum) e irá reunir os materiais referentes ao tema para envio aos conselheiros, visando seu entendimento, e também já está buscando uma capacitação para os membros dos conselhos e diretoria executiva. Em seguida, o segundo item da pauta trata sobre Estudo de adequação da Lei Municipal n.º 59 de 05 de novembro de 2015 a Emenda Constitucional 103/19 e aos parâmetros do Pró Gestão. A Reforma da Previdência (Emenda Constitucional 103 de 13 de novembro de 2019) trouxe alterações para os Regimes Próprios de Previdência Social e estabelece regras que são aplicáveis direta e imediatamente a todos os entes da Federação, outras aplicáveis somente à União e algumas disposições específicas para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Algumas das principais mudanças tratam da introdução de normas de governança do RPPS e a maior ênfase dada ao

princípio do equilíbrio financeiro e atuarial. Assim, a Diretoria Executiva, em conjunto com o Procurador Jurídico do CaraguaPrev e com os consultores da Assessoria Previdenciária ABC Prev deram início aos estudos para adequação da legislação municipal à legislação federal. O terceiro item da pauta trata da sobra do valor da Taxa de Administração – Processo 47/20. No ano de 2021 o valor das despesas administrativas realizadas foi de R\$ 3.014.134,37 (três milhões e quatorze mil e cento e trinta e quatro reais e trinta e sete centavos) que deverá ser retirado de Fundo de investimento previdenciário para transferência do valor acima para a conta que movimenta os recursos da taxa de administração, devendo a matéria ser levada a deliberação do Comitê de Investimentos e do Conselho Deliberativo. Após passou-se para o quarto item da pauta que é a preparação da Instrução Normativa, que dispõe sobre o credenciamento de instituições financeiras e fundos de investimentos, autorizados pelo Banco Central e/ou Comissão de Valores Mobiliários, para receber recursos financeiros referentes aos ativos garantidores do plano de benefício do Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba/SP – CARAGUAPREV, em adequação a Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 4.963/21, que será levada a análise e aprovação do Comitê de Investimentos e do Conselho Deliberativo. O quinto item da pauta trata da Preparação Instrução Normativa Certificação Conselhos e Diretoria Executiva, que dispõe sobre a aplicação das condutas para a aprovação inicial e suas atualizações em exame de certificação organizado por entidade certificadora da certificação profissional da Secretaria de Previdência SPREV, para os membros titulares do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Comitê de Investimentos e Diretoria Executiva do CaraguaPrev, que será levada a análise e aprovação do Comitê de Investimentos e do Conselho Deliberativo. Em seguida passou para o sexto item que trata da implantação de servidor de domínio e de internet, o controlador de domínio é um servidor que responde às requisições seguras de autenticação (login, verificação de permissões etc.), aumentando, desta forma, a segurança das informações produzidas e armazenadas pelo CaraguaPrev, sendo que, somente os funcionários, depois de terem passado pela devida autenticação, poderão ter acesso a tais arquivos e equipamentos do parque informático do Instituto. Junto com o Controlador de Domínio, foram implementadas rotinas de backup para preservar a integridade das informações produzidas pelo Instituto, em caso de falhas de Software ou Hardware. Já o Servidor de Internet atua como proxy, reduzindo a utilização da conexão e melhorando os tempos de resposta fazendo cache de requisições frequentes de páginas web numa rede de computadores, além de permitir o acesso à internet a partir do Instituto somente para os usuários autenticados, ou seja, com a devida permissão



de acesso à internet. Atua também como filtro de conteúdo, permitindo o acesso somente dos sites que forem previamente autorizados. Essas rotinas trazem o aumento da segurança das informações do Instituto, através da política de acesso. O sétimo item da pauta trata sobre o Relatório Plano de Ação, a Diretoria Executiva analisou as ações efetivadas, sendo elaborada a mensuração de resultados, avaliando o desempenho de cada área, que é essencial para uma gestão transparente e para a concretização dos objetivos traçados, conforme tabela abaixo.

Área	O que? (ação/projeto)	Por que? (justificativa e meta)	Meta	início previsto	Fim previsto	Quem? (responsável)	Status em 31/01/2022
JURÍDICA	Adequar a legislação previdenciária aos requisitos do Pró-Gestão	Para atender integralmente os requisitos da certificação institucional	Atender 100% dos requisitos do Pró-Gestão	2/1/21	30/11/21	Alexandre Procurador Jurídico	fase de confecção da minuta das adequações. Trabalho em conjunto com a consultoria ABCPrev
CADASTRO	Planejar a realização do censo dos ativos	Para atualizar a base cadastral, e atender requisitos da certificação institucional do Pró-Gestão	80% dos servidores ativos, e 95% dos inativos e pensionistas	2/1/21	30/6/21	Rose Ellen, Diretora de Benefícios	censo 2021 finalizado. com 99% de participação dos ativos e inativos
TECNOLOGIA	Adquirir equipamentos de informática	Para atender às boas práticas de segurança da informação e suprir a necessidade do Instituto com relação à computadores e outros dispositivos	Aquisição de 04 computadores, 01 servidor de dados, 01 servidor de internet e todas as licenças de uso de softwares necessárias	1/10/20	30/6/21	Rose Ellen, Diretora de Benefícios	Equipamentos adquiridos.
ATENDIMENTO	Implantar rotina para emissão de relatórios da ouvidoria	Para atender integralmente os requisitos da certificação institucional	Emitir 2 relatórios no ano	2/1/21	30/12/21	Alexandre Procurador Jurídico	disponibilizados 1º e 2º semestres de 2020 e 1º semestre 2021
ATUARIAL	Elaborar e divulgar relatório de gestão atuarial	Para monitoramento dos resultados atuariais dos planos de custeio e de benefícios e de gerenciamento do RPPS	Divulgar até 30/06/2021 pelo site	2/1/21	30/6/21	Rose Ellen Diretora de Benefícios	disponibilizados relatórios dos biênios 2017-2019 e 2018-2020



BENEFÍCIOS	Implantar rotina de batimento da base de dados com o SISOBI	Para evitar pagamentos indevidos	Fazer o batimento todo mês	2/1/21	30/12/21	Rose Ellen Diretora de Benefícios	em adequação
FINANCEIRA	Adequação da taxa de administração do RPPS	Para atender à Portaria n.º 19.451, de 18 de agosto de 2020	Adequar as finanças do RPPS às alterações propostas.	2/1/21	30/12/21	Luana Diretora Financeira	alterada a taxa conforme Lei Complementar N° 79/2021
INVESTIMENTOS	Alteração da Política de Investimentos e monitoramento dos resultados	Para buscar rentabilidade em investimentos no exterior	Meta Atuarial	1/9/20	30/12/21	Luana Diretora Financeira	alterada conforme atas n° 287, n° 289, n° 290 e n° 294 do conselho deliberativo
ADMINISTRATIVA	Capacitação contínua	Para construção / manutenção do conhecimento necessário em cada área do RPPS	Capacitar anualmente todos os servidores, gestores e conselheiros	2/1/21	30/12/21	Rose Ellen Diretora de Benefícios	Treinamentos e capacitações realizadas em todas as áreas

Até o mês de janeiro de 2022, o CaraguaPrev gerencia o total de 752 (setecentas e cinquenta e dois) aposentadorias e pensões, sendo responsável pelos futuros benefícios previdenciários de aproximadamente 4.085 (quatro mil e oitenta e cinco) servidores da Prefeitura, Câmara, FUNDACC e CaraguaPrev. Registre-se que o Certificado de Regularidade Previdenciária está vigente até o dia 24 de maio de 2022. Nada mais havendo a tratar, encerrada a reunião às 11 horas, lavrada a competente Ata, que segue, para aprovação pelos membros da Diretoria Executiva.

PEDRO IVO DE SOUSA TAU
Presidente do CaraguaPrev
Certificação: ANBIMA CPA-10

LUANA M. FORCIONI GUEDES
Diretora Financeira do CaraguaPrev
Certificação: ANBIMA CPA-10

ROSE ELLEN DE OLIVEIRA FARIA
Diretora de Benefícios do CaraguaPrev